



Teresina (PI), 28 de setembro de 2026.

Aos ministros ordenados, religiosos(as), consagrados(as), seminaristas, leigos e leigas.

Esperança e Paz!

Aproximam-se as eleições, no próximo Domingo, dia 04 de outubro, escolheremos os representantes dos poderes executivo (Presidente da República e Governador) e legislativo (Deputados Estaduais, Federais e Senadores), por isso é sempre bom indicar algumas orientações a partir de nossa fé cristã.

1. Política significa a arte de governar. Assim afirmou o saudoso e amado Papa Francisco: ***“para se tornar possível o desenvolvimento duma comunidade mundial capaz de realizar a fraternidade a partir de povos e nações que vivam a amizade social, é necessária a política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum” (Fratelli tutti, n. 154);***
2. Eleição é tempo de graça para reforçarmos a democracia, ocasião privilegiada que cada um de nós tem de manifestar sua livre opinião. Mas, quem compra e quem vende seu voto, além de se corromper, comete crime;
3. Eleição **não é tempo para reforçarmos rivalidades**, nem tampouco para inflar nossos egos com a busca de poder. Não podemos esquecer o que Jesus pede aos discípulos: ***“quem quiser ser o primeiro seja o servo de todos” (Mc 10,44);***
4. A Igreja católica **não tem partido político, nem candidato**, mas ela é uma voz política. Seu lado é o do Evangelho de Jesus Cristo, vida plena para todos. Por isso, a Doutrina Social é constitutiva dos ensinamentos eclesiais e ela deve reger nossa prática cristã;
5. Não podemos basear nossas escolhas apenas em notícias das redes sociais. Infelizmente, muita coisa falsa tem se tornado um grande instrumento para espalhar mentiras. Por isso, é necessário conhecer a história dos candidatos. É tarefa importante escolher pessoas que sejam comprometidas com políticas públicas que favoreçam os mais pobres e o cuidado de nossa Casa Comum. Nossa tarefa de cidadãos, além de votar, é acompanhar, com interesse, os passos dos que serão eleitos. A indiferença ou omissão seria nossa pior opção política.
6. A Igreja ensina que ***“não cabe aos pastores da Igreja intervir diretamente na construção política e na organização da vida social. Essa tarefa faz parte da vocação dos fiéis leigos”; com efeito, cabe aos leigos “animar as realidades temporais com um zelo cristão e comportar-se como artesãos da paz e da justiça”*** (Parte Expositiva – do documento dos bispos do Regional Nordeste IV da CNBB – Piauí, em comunhão com o Santo Padre e o Colégio Episcopal que dispuseram no tocante aos delicados assuntos da participação ativa de ministros ordenados em partidos políticos... – no dia 04 de agosto de 2020);
7. Mesmo cabendo aos fiéis leigos a tarefa de animar as realidades no campo da política, repetimos: **a Igreja Católica não tem candidato, nem partido político**, por isso, não fale em nome da Instituição (Arquidiocese, Paróquia), da sua comunidade religiosa ou do seu grupo, escolhendo ou indicando determinado partido político e/ou candidato;



E concluímos afirmando o que disse o Santo Padre, o Papa Leão XIV aos participantes de uma sessão plenária da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, citando a Doutrina Social da Igreja, que considera o poder não como um fim em si mesmo, mas como um meio ordenado para o bem comum. ***“isso implica que a legitimidade da autoridade não depende do acúmulo de poder econômico ou tecnológico, mas da sabedoria e da virtude com que é exercida”***. Ainda alerta que a democracia permanece saudável somente quando enraizada na lei moral e em uma verdadeira visão da pessoa humana. Sem esse alicerce, ***“corre o risco de se tornar uma tirania majoritária ou uma máscara para o domínio das elites econômicas e tecnológicas”***.

De nossa parte, confiamos à **Mãe Aparecida, Padroeira do Brasil**, a nossa fidelidade na construção de uma sociedade solidária e fraterna a caminho do Reino Definitivo.

No cuidado pastoral e amizade,

Vigários Gerais,

Pe. Amadeu Matias e Pe. Osório T. Neto